
Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos

Elisabeth Adriana Dudziak
Sueli Mara Soares Pinto Ferreira
Adriana Cybele Ferrari

Resumo: Com a difusão das tecnologias digitais, encontra-se em curso um fenômeno social e tecnológico generalizado de midiática que influencia intensamente as instâncias sociais, econômicas, culturais e educacionais. Como resultado da demanda crescente de uma sociedade conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas, o empoderamento das pessoas por meio da alfabetização midiática e informacional (AMI) passou a ser pré-requisito para o acesso equitativo e crítico à informação e ao conhecimento, proporcionando o pleno exercício da democracia e participação cidadã. O objetivo deste artigo é apresentar os principais marcos políticos representados por declarações, manifestos e recomendações definidos por organizações internacionais como a UNESCO e a IFLA, e entidades nacionais como a FEBAB, relacionados à promoção da competência informacional e midiática e, a partir daí, refletir sobre seu potencial de promover mudanças sociais, políticas e educacionais efetivas e virtuosas nas sociedades e governos.

Palavras-chave: Competência em Mídia e em Informação. Midiática. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

As novas tecnologias e a multiplicação dos meios e dispositivos de comunicação provocaram alterações definitivas nas atividades humanas, determinando o modo como lidamos com a informação, os meios de comunicação e suas relações. Tais processos revelam que se encontra em curso um fenômeno social e tecnológico generalizado de convergência midiática, que influencia intensamente as instâncias sociais, econômicas, culturais e educacionais. A midiática¹ da sociedade caracteriza-se pelo forte papel atribuído à mídia que, em teoria, molda e enquadra os processos e o discurso da comunicação política, bem como a sociedade em que essa comunicação ocorre.

¹ Mediatization. [https://en.wikipedia.org/wiki/Mediatization_\(media\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Mediatization_(media))

Em anos recentes, a alfabetização midiática e informacional (AMI) tem sido apontada como elemento fundamental para o pleno exercício da cidadania em sociedades democráticas. O conceito tem alcançado destaque como resultado das demandas urgentes de uma sociedade extremamente conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas. O empoderamento das pessoas por meio da alfabetização midiática e informacional passou a ser, portanto, pré-requisito importante para o acesso equitativo à informação e ao conhecimento, e promoção da mídia livre e plural (UNESCO, 2016a).

Independente da expressão adotada, *Mídia and Information Literacy - MIL* ou Alfabetização Midiática e Informacional – AMI ou ainda Competência Informacional e Midiática – CIM ou mesmo Competência em Informação e em Mídia - é certo que o conceito por trás dessas diferentes designações reforça a natureza multidisciplinar e multifacetada desta disciplina / área de conhecimento. Por seu caráter multilateral, encontra terreno fértil para florescer em uma ambiência social e política na qual se percebe a crescente influência das mídias e o imperativo da mudança nos processos informacionais, comunicacionais e educacionais.

Nesse contexto, certas organizações internacionais e associações têm se destacado por seu papel social e político, suas inter-relações, permanência e potencial de influência relacionado a esses temas. A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), assim como entidades nacionais como a Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab) têm contribuído para o estabelecimento de políticas e ações que apoiam a liberdade de expressão, o pluralismo, a diversidade, o acesso à informação e à mídia.

Além das organizações mencionadas, outras entidades como a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), a International Association of University Libraries (IATUL), a American Library Association (ALA), a European Community (EC) e a United Nations (ONU) também se engajaram na promoção da alfabetização midiática e informacional, tendo organizado vários eventos e publicado diversos estudos, relatórios, recomendações e declarações ao longo dos anos.

O caráter destas iniciativas assume contornos da assim chamada *advocacy*, termo ainda sem tradução para o português, que significa “defesa ou engajamento ativo em relação a uma causa ou proposta. *Advocacy* envolve ação, isto é, não se trata simplesmente de ser ou mostrar-se favorável a uma ideia ou causa, mas sim de atuar de modo planejado e estratégico para alcançar os resultados almejados” (ALA, 2008, p.3). Expressa principalmente uma atitude pública e política que propõe mudanças e ações estratégicas apoiadas na mobilização para a transformação social positiva.

Ainda assim, não é possível ignorar que cada declaração ou recomendação oriunda de organismos internacionais ou nacionais carrega consigo um posicionamento político, um ponto de vista da autoridade ou grupo conhecedor. Da perspectiva das chamadas sociedades desenvolvidas que abrigam muitas destas entidades, a participação e o pertencimento são alcançados apenas por aqueles que “dominam” dispositivos tecnológicos e informacionais, bem como as mídias associadas, ou seja, aqueles competentes em mídia e em informação. Portanto, pressupõem uma brecha, um gap de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionado às mídias e à informação que deve ser trabalhado. Todos aqueles que não alcançam tais parâmetros serão marginalizados ou, ao menos, serão definidos como participantes menores (ou mesmo não participantes) da almejada Sociedade do Conhecimento. Nessa militância, corre-se o risco de acentuar as iniquidades e perpetuar as condições sociais, políticas e econômicas existentes (PILEROT; LINDBERG, 2011).

À luz desses processos, o objetivo deste artigo é proporcionar uma oportunidade de reflexão crítica sobre os principais marcos políticos representados por declarações, manifestos e recomendações relacionados à promoção da competência informacional e midiática, definidos por organizações internacionais e nacionais, e seu potencial de influência social, educacional e governamental.

O estudo não pretende ser exaustivo, dado que muitos documentos não constam das principais bases de dados internacionais, igualmente encontram-se referenciados em diferentes fontes de informação ou foram recuperados a partir de diferentes websites e do Google Scholar. Várias expressões de busca foram utilizadas: (“*media and information literacy policies*” OR “*media literacy*” OR “*information literacy*”) AND (UNESCO OR

IFLA OR FEBAB). A partir dos documentos recuperados, fez-se o recorte a partir do tipo de documento, tendo como foco declarações, manifestos, recomendações e diretrizes relacionadas ao tema, e publicadas por organizações e associações reconhecidas em âmbito internacional, nacional e regional.

2 POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA MIL OU COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E MIDIÁTICA

Declarações, manifestos e recomendações são instrumentos políticos importantes à medida que delineiam princípios, estabelecem padrões e são capazes de influenciar governos e a coletividade. Tais instrumentos são o resultado de discussões entre governos e sociedade civil, e consulta a especialistas. Refletem experiências e conhecimentos compartilhados. Almejam representar consensos nacionais e internacionais sobre como um problema particular pode ser abordado em nível local, regional ou global. Governos, associações, instituições internacionais, empresas multinacionais e organizações não governamentais podem se beneficiar deste conhecimento, incorporando as normas e diretrizes às suas políticas, objetivos operacionais e ações do dia-a-dia. Vincula-se aqui o caráter militante e ideológico dessas iniciativas.

Quando a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* foi publicada pela Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 1948) em resposta à Segunda Guerra Mundial, tornou-se um marco global de defesa da liberdade de opinião, expressão e do direito humano de procurar, receber e difundir informações e ideias. À época, foi considerada inovadora por conjugar o valor da liberdade com o valor da igualdade. Sessenta e oito anos depois, a força de tal Declaração ainda é sentida.

Décadas adiante e inspirados por tal declaração, os integrantes da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (*World Summit Information Society*, Genebra, 2003) consolidaram vários avanços em relação às disparidades de acesso à informação a partir da “*Declaração de Princípios: Construção da Sociedade da Informação: um desafio mundial para o novo milênio*”.

Nós, os representantes dos povos do mundo, reunidos em Genebra de 10-12 de dezembro de 2003 para a primeira fase do Encontro Mundial sobre a Sociedade da Informação, declaramos nosso desejo e compromisso comum de construir uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada ao desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informações e conhecimentos, permitindo que indivíduos, comunidades e povos alcancem seu pleno potencial em promover o seu desenvolvimento sustentável e melhorar sua qualidade de vida, premissas aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração universal dos direitos humanos (WSIS, 2003, p.2).

Coordenando esforços internacionais relacionados às questões éticas, normativas e intelectuais do nosso tempo desde 1948, organizações internacionais como a ONU, OECD, UNESCO e IFLA promovem o intercâmbio multidisciplinar e a compreensão mútua, trabalhando - sempre que possível - em prol de acordos universais sobre questões relacionadas ao acesso à informação e empoderamento das pessoas, definindo objetivos e mobilizando a opinião pública internacional.

Tanto a UNESCO quanto a IFLA participam do esforço global de valorização da competência informacional e midiática através da promoção de diversas conferências e encontros de especialistas, por meio dos quais foram aprovadas diversas declarações, recomendações e guias, documentos que ajudaram a nortear políticas e ações em nível mundial voltadas à alfabetização midiática e informacional para o desenvolvimento das competências informacionais e midiáticas.

Entretanto, a história mostra que os conceitos e iniciativas para o desenvolvimento da competência em mídia (*media literacy*) e da competência em informação (*information literacy*) evoluíram separadamente. A educação em mídia foi pela primeira vez mencionada em 1960 e a alfabetização em informação em 1974. Somente na última década a união das expressões foi proposta, a fim de consolidar um conceito composto, como será discutido a seguir.

2.1 O papel da UNESCO na promoção da competência informacional e midiática

Ao longo de décadas, a UNESCO tem se empenhado em desenvolver políticas e estratégias relacionadas à promoção da educação em mídia e, mais recentemente, tem liderado as ações em torno da alfabetização em mídia e em informação (AMI).

Embora as preocupações com a mídia já existissem nos anos de 1950, especialmente com relação aos aspectos políticos, ideológicos e à propaganda, a expressão “educação para as mídias” ou “mídia-educação” apareceu pela primeira vez nos anos 1960, mencionada pela própria UNESCO. (BÉVORT; BELLONI, 2009).

Referindo-se à necessidade de alfabetização em grande escala de populações privadas de estruturas de ensino e de profissionais capacitados, os primeiros documentos da UNESCO enalteciam as virtudes educacionais das mídias de massa, tomando como exemplo os benefícios da educação a distância. A mídia-educação era vista como solução dos problemas educacionais e sociais dessas populações.

Em 1982, a UNESCO publica a *Declaração de Grünwald sobre a Educação para a Mídia* (UNESCO, 1982), aprovada durante o Simpósio Internacional de Educação em Mídia, em Grünwald, Alemanha. Foi a primeira declaração a reconhecer a necessidade de sistemas políticos e educacionais promoverem a compreensão crítica por parte dos cidadãos em relação aos fenômenos da comunicação.

The Grünwald Declaration on Media Education. In International Symposium on Media Education, Grünwald, Federal Republic of Germany, 1982.

Signatários de 19 países aprovaram esta Declaração que, em 1982, instava os educadores, a escola e as famílias a não ignorarem o desenvolvimento da comunicação e o acesso à informação por meios audiovisuais, textuais e sonoros. Segundo a Declaração, era preciso trabalhar lado a lado com os estudantes na alfabetização para uso desses três sistemas simbólicos (audiovisual, textual e sonoro) e os professores deveriam considerar a grande distância existente entre a experiência educacional e a vivência das pessoas. Educadores responsáveis não deveriam ignorar estes desenvolvimentos, tampouco

deveriam subestimar o impacto do fluxo de informações e ideias na identidade cultural das pessoas. A Declaração de Grünwald (UNESCO, 1982) argumentava que, uma vez que o consumo de mídia aumenta dia a dia, a educação em mídia prepararia para a cidadania responsável. Finalmente, estabelecia quatro pontos a serem trabalhados pelos governos: (a) Iniciar e apoiar programas abrangentes de educação para a comunicação social - desde a educação pré-escolar até a universidade e na educação de adultos – idealmente incluindo a análise de produtos de mídia, o uso de meios de comunicação como meios de expressão criativa, uso e participação efetivos em canais de mídia disponíveis; (b) Desenvolver cursos de formação para professores e intermediários; (c) Estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento para o benefício da educação midiática, de domínios como psicologia, sociologia e ciência da comunicação; (d) Apoiar e reforçar as ações que visassem encorajar a cooperação internacional na educação para os meios de comunicação.

Observa-se que, à época, muito antes do advento da internet, a mídia já era onipresente. Sua penetração e relevância como elemento da cultura e dos hábitos do homem urbano moderno já demandava o desenvolvimento da competência midiática crítica.

Após Grünwald, somente em 1990 novo evento levaria à publicação de direções mais efetivas. Em julho desse ano realizou-se o *Colóquio Internacional de Toulouse*, na França, promovido pela UNESCO (1990), no qual compareceram 180 delegados de 40 países para discutir novas direções para o futuro da educação de mídia em todo o mundo e fornecer diretrizes para o desenvolvimento de currículos específicos e materiais de ensino / aprendizagem.

New Directions in Media Education. Convenes International Media Literacy Conference in Toulouse, França, July 1990.

O Colóquio representou uma oportunidade de aprendizado sobre a alfabetização midiática, sua natureza e situação em diferentes países, inclusive abriu uma oportunidade de aproximação com as atividades realizadas nos Estados Unidos, onde a alfabetização midiática ganhava impulso. Havia ainda muita discussão sobre se o termo correto seria

“educação midiática”, “conscientização da mídia” ou “alfabetização midiática”. Parece que a “alfabetização midiática” venceu por causa da associação mental com “letramento”, que significa a capacidade de “ler” e processar informações para participar plenamente da sociedade. No entanto, a expressão “educação midiática” estava firmemente enraizada na Inglaterra, Austrália e outros países pioneiros no campo. O termo “estudos de mídia” também era utilizado, particularmente na Austrália. Mas, qual fosse o seu nome, o conceito de “alfabetização midiática” incorporava tanto o conhecimento da estrutura, economia e função dos sistemas de mídia de massa na sociedade quanto habilidades analíticas para “ler” o conteúdo estético e ideológico das mensagens de mídia.

Ainda de acordo com o documento, nos últimos 50 anos, a sociedade moderna passou de uma era de alfabetização linguística para uma era da alfabetização eletrônica. Portanto, a alfabetização midiática não seria um luxo, mas uma necessidade nos tempos contemporâneos, por fortalecer a democracia e prevenir a manipulação pela mídia comercial. Dessa forma, o documento de Tolouse representou um novo avanço na compreensão dos conceitos ligados a *media literacy*.

Estabelecendo um novo marco internacional na trajetória da militância pela mídia-educação, quase uma década depois, em 1999, foram aprovadas recomendações direcionadas à própria UNESCO, durante a ***Conferência de Viena sobre Educação para a Mídia e a Era Digital***.

Recommendations Addressed to UNESCO on Media Education. Adopted by the Vienna Conference "Educating for the Media and the Digital Age", April 1999.

43 representantes de 33 países redigiram recomendações para a criação de um programa em educação para a mídia e a criação de espaços midiáticos para os jovens. De fato, durante o evento, jovens austríacos auxiliaram na cobertura do evento por meio de vídeos e jornais. Após as discussões, três grupos de trabalho foram formados para formularem políticas sobre o tema. O documento reafirmava o apoio à educação para os meios de comunicação e a criação de espaços de educação em mídia para crianças e adolescentes. Com o tempo o conceito de mídia foi se modificando: não se tratava mais

apenas da imprensa, do cinema, do rádio e da televisão, mas sim como "palavras, sinais, sons, e imagens eram veiculados e compreendidos". Os princípios e as definições gerais adotados entre as conferências de Grünwald e Toulouse foram revividos e reafirmados.

De acordo com as *Recomendações de Viena*, a educação em mídia deveria ser incluída nos currículos escolares, pois era importante saber como lidar com todos os meios de comunicação, a palavra impressa, gráficos, sons, bem como imagens em movimento. Incluía também analisar, refletir criticamente sobre os textos de mídia, interpretar as mensagens e os valores oferecidos pela mídia, selecionar meios apropriados para comunicar suas próprias mensagens ou histórias e para alcançar seu público-alvo.

A educação para a mídia faz parte do direito básico de todos os cidadãos, em todos os países do mundo, à liberdade de expressão e ao direito à informação e é fundamental para construir e sustentar a democracia. (RECOMMENDATIONS, 1999, p.1).

Ainda de acordo com o documento, caberia à UNESCO facilitar as diversas formas de pesquisa em nível local e internacional para abordar diferentes aspectos da Educação em Mídia, incluindo a avaliação rigorosa para fornecer evidências sobre a eficácia dos programas e práticas de educação para a mídia. Caberia também à UNESCO facilitar a avaliação intercultural dos métodos e programas de formação de professores e assegurar a partilha de experiências. Ademais, deveria desenvolver diretrizes apropriadas baseadas em princípios éticos para assegurar que a integridade educacional de currículos, pedagogias e recursos não fossem comprometidos. Finalmente, a UNESCO deveria ser um observatório permanente das mídias, facilitando e coordenando ações em nível internacional.

Três anos mais tarde, chegamos a 2002, em Sevilha, momento no qual a definição da *media literacy* ultrapassou o âmbito escolar e enfatizou a importância do envolvimento dos jovens, da indústria da mídia e das organizações não governamentais.



Recommendations addressed to the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization UNESCO during Youth Media Education, Seville, Spain, Feb. 2002.

Desta vez, as recomendações basearam-se na Declaração de Grünwald em “Educação para a Mídia” (1982), na Declaração de Toulouse “Novas Direções em Educação em Mídia” (1990), e na Declaração de Viena, “Educando para a Mídia e a Era Digital” (1999). 23 representantes de 14 países participaram do evento que definiu a educação para a mídia como sendo o ensino e o aprendizado com e para a mídia, muito mais do que através da mídia. Tal concepção envolveria a análise crítica e a produção criativa, devendo acontecer tanto de modo formal quanto informal. O texto enfatizava o senso de comunidade e a responsabilidade social no que se refere à mídia.

À luz dessas definições, os participantes e signatários das ***Recomendações de Sevilha*** (RECOMMENDATIONS, 2002) indicaram cinco áreas a serem desenvolvidas pela UNESCO: pesquisa, treinamento, parcerias, redes, promoção pública. Desta forma, deveriam ser incentivadas as plataformas de pesquisa para decisores políticos, pesquisadores e público; metodologias de avaliação de alcance dos objetivos; formação de professores e outros profissionais, bem como currículos que incluíssem o aprendizado em mídia; elaboração de manuais e publicações sobre o tema; parcerias, normas, criação de websites sobre o assunto; campanhas, conferências e fóruns. Também foi recomendada a criação da *Media Literacy Clearinghouse*².

Um ano mais tarde, nova declaração foi proclamada em setembro de 2003, durante o *Information Literacy Meeting of Experts*, organizado pela US National Commission on Library and Information Science e o National Forum on Information Literacy, com apoio da UNESCO na cidade de Praga, República Tcheca: a ***Declaração de Praga***. Pela primeira vez a UNESCO (2003) referiu-se explicitamente à competência em informação (*information literacy*).

² UNESCO. *Media & Information Literacy website*. <http://milunesco.unaoc.org/>

The Prague Declaration “Towards an Information Literacy Society”, In Information Literacy Meeting of Experts, Prague, Czech Republic, Sept. 2003.

Elaborada por representantes de 23 países, a *Declaração de Praga* propunha recomendações mais conceituais que práticas ou políticas. Salientava, entretanto, que os governos deviam desenvolver fortes programas interdisciplinares para promover a alfabetização informacional em âmbito nacional como etapa necessária para o fechamento da brecha digital, através de uma cidadania informada, uma sociedade civil eficaz e uma força de trabalho competitiva.

A alfabetização da informação abrange o conhecimento de suas preocupações e necessidades de informação, capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e efetivamente criar, usar e comunicar informações para resolver problemas. É um pré-requisito para a participação efetiva na Sociedade da Informação e faz parte do direito humano básico. (UNESCO, 2003, p.1)

Em novembro de 2005, em colaboração com a IFLA, a UNESCO promoveu em Alexandria, Egito, um Colóquio de Alto Nível. O encontro de especialistas teve como objetivo discutir novas ações relacionadas à promoção da competência em informação e ao aprendizado ao longo da vida. Como resultado, foi proclamada a *Declaração de Alexandria – Os Faróis da Sociedade de Informação (Beacons of Information Society)*, documento que será discutido mais adiante no capítulo sobre a IFLA. Nota-se aqui uma expressa aproximação entre a alfabetização midiática e a alfabetização informacional, com ênfase no aprendizado ao longo da vida.

Em 2006, foi a vez dos especialistas em mídia se reunirem em Bruxelas, Bélgica, para analisar e definir objetivos, além de tendências da alfabetização em mídia. Com apoio da UNESCO, o grupo, composto por 25 especialistas europeus, incluindo acadêmicos e profissionais de mídia, publicou uma série de documentos dentre os quais se destaca o documento inicial *Media Literacy Expert Group Draft 2006* (MEDIA, 2006) que focalizou três aspectos: alfabetização audiovisual (nomeadamente no que se refere às comunicações comerciais); alfabetização mediática e Internet; educação e conscientização sobre direitos autorais das mídias.

Ainda em 2006, a European Commission (2006) iniciou uma consulta pública sobre a alfabetização midiática, concluída em março de 2008, cujo objetivo maior foi conhecer a situação geral das mídias na Europa, para nortear políticas e práticas que viriam a ser adotadas em nível global. A partir desta iniciativa, consolidou-se a aproximação com a UNESCO e a atuação da European Commission nas questões da alfabetização em mídia e informação.

Em 2008, a UNESCO apoia a publicação do documento intitulado *Understanding information literacy: a primer* (HORTON JR., 2008) e publica o documento *Media Development Indicators: A framework for assessing media development* (UNESCO, 2008). Paralelamente, apoia a publicação de Catts e Lau (2008) intitulada *Towards Information Literacy Indicators*.

Em 2010, a UNESCO fornece suporte ao documento intitulado *Media Literacy and New Humanism*, de Tornero e Varis (2010). Também organiza um Encontro de Especialistas em Bangkok, Tailândia (MOELLER *et al*, 2011) para discutir indicadores para a avaliação da MIL. O documento derivado dessa reunião também merece destaque.

Towards Media and Information Literacy Indicators - Background Document of the Expert Meeting, Bangkok, Thailand, Nov. 2010.

Esse trabalho fundamentalmente foi focado no desenvolvimento de uma estrutura global que pudesse abarcar o amplo e completo ambiente da Alfabetização em Informação - Alfabetização em Mídia ou, para usar a denominação da UNESCO, os Indicadores de Alfabetização em Mídia e Informação (AMI). Trata-se de um documento de base que também acabou sendo adotado pela IFLA, dentro de um contexto global e multicultural "que fornece uma estrutura para o desenvolvimento de conceitos (variáveis) e suas correspondentes medições (indicadores) para avaliar as competências MIL em um contexto global". Segundo a IFLA³ sua finalidade é tríplice:

Primeiro, fornece elementos-chave, relacionados e comuns na definição da mídia e da alfabetização da informação (MIL) e seus resultados de aprendizagem. Em segundo lugar, fornece uma justificativa para uma concepção de MIL como um conjunto coletivo de competências

³ IFLA. <http://www.ifla.org/publications/towards-media-and-information-literacy-indicators?og=81>

inter-relacionadas (conhecimento, habilidades e habilidades) necessárias para a educação de hoje. Finalmente, identifica e descreve alguns dos desafios no desenvolvimento de variáveis mensuráveis e ideias para avaliar os *trade-offs* na seleção de indicadores (IFLA, 2011, p. 6)

Tais publicações foram relevantes por fornecer uma visão geral dos trabalhos publicados até então e propor variáveis e métricas de avaliação da AMI.

Em junho de 2011, é realizado o *International Forum on Media and Information Literacy (MIL)* na cidade de Fez, Marrocos, evento que levou à publicação da ***Declaração de Fez*** (UNESCO, 2011) sobre a alfabetização midiática e informacional.

Fez Declaration on Media and Information Literacy, in International Forum on Media and Information Literacy (MIL), Fez, Marrocos, June 2011.

Mais de 200 participantes de quarenta (40) países, incluindo o Brasil, representando os cinco continentes, participaram da primeira edição do ***International Forum on Media and Information Literacy (MIL)*** em 2011, que reuniu pesquisadores, acadêmicos, profissionais e especialistas em uma ampla gama de disciplinas, incluindo mídia, ciências da comunicação e da informação, ciências da educação, linguística, semiótica, ciência e tecnologia, estudos culturais, de gênero e estudos islâmicos.

Seguindo as declarações anteriores, os signatários da ***Declaração de Fez*** (UNESCO, 2011) reafirmaram a convicção de que a MIL é um direito humano fundamental, particularmente na era da explosão da informação e convergência de tecnologias de comunicação. Considerando que a MIL reforça a qualidade da vida humana, enfatizaram sua importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural, e para a cidadania, com foco na juventude. O documento também destacou o papel crítico que a MIL pode desempenhar na construção da cultura de diálogo intercultural, do conhecimento mútuo e da compreensão entre civilizações.

Esse 1º Fórum Internacional MIL, iniciativa do Research Group on Mass Communication, Culture and Society, ressaltou a importância da convergência das tecnologias da informação e comunicação, incluindo a necessidade de combinar a *media literacy* e a *information literacy* como um conceito composto, a fim de alcançar um

desenvolvimento humano sustentável, construir sociedades cívicas participativas e democráticas. Nesse mesmo ano, 2011, a UNESCO lança a publicação *Media and information literacy curriculum for teachers*, (WILSON *et al*, 2011), documento no qual especialistas explicitam o conceito composto MIL e descrevem uma série de recomendações e estratégias dirigidas aos professores.

A partir de 2011, a UNESCO unifica os termos *media literacy* e *information literacy* e passa a adotar a expressão composta MIL, considerando-a como um conjunto combinado de habilidades necessárias para sobreviver no século XXI. O conceito é composto por três letramentos essenciais: a alfabetização midiática (*Media Literacy*), alfabetização informacional (*Information Literacy*) e a alfabetização digital (*Digital Literacy*).

Em junho de 2012, a IFLA publica em conjunto com a UNESCO, a *Moscow Declaration on Media and Information Literacy (MIL)*, cujos detalhes serão analisados no capítulo dedicado às ações da IFLA.

Nesse mesmo ano, em continuidade a essas ações, a UNESCO promoveu a primeira edição da *Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue (MILID) Week* (UNESCO, 2012) em Barcelona, Espanha, de 22 a 25 de maio. A *MILID Week 2012* foi descrita como um espaço para promover o contato e a cooperação entre organizações internacionais, associações, ONGs, universidades, meios de comunicação, grupos de pesquisa, pesquisadores, professores e estudantes de todo o mundo que trabalham com mídia, com informação e com o diálogo intercultural.

No ano seguinte, nova edição da *MILID Week 2013* (UNESCO, 2013a) aconteceu desta vez no Cairo, Egito, na semana de 23 a 25 de abril, com os mesmos objetivos da edição anterior. Ainda em 2013 é realizado o 2º *Global Fórum MIL*, em Abuja, Nigéria, evento no qual se constituiu oficialmente a *Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy (GAPMIL)*⁴, composta por entidades como a própria

⁴ UNESCO. *About GAPMIL*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/media-development/media-literacy/global-alliance-for-partnerships-on-media-and-information-literacy/about-gapmil/> Acesso em: 20 out. 2016.



UNESCO, a IFLA, a United Nation Alliance of Civilizations (UNAOC), UNICEF, a Open Society Foundation, IREX, European Commission, entre outras.

A GAPMIL é descrita como um esforço inovador para promover a cooperação internacional para garantir que todos os cidadãos tenham acesso às competências em mídia e informação. A GAPMIL procura reposicionar globalmente a MIL em torno de objetivos mundiais, dentre os quais se destaca articular as principais parcerias estratégicas para impulsionar o desenvolvimento MIL globalmente, sua aplicação a áreas-chave de desenvolvimento e a convergência de iniciativas regionais⁵ e internacionais, bem como a amplificação de impacto global da MIL.

Chegamos a março de 2013, quando é realizado um encontro de especialistas em alfabetização midiática e informacional (*Expert Meeting on Media & Information Literacy*), promovido pela United Nations Alliance of Civilizations (UNAOC; UNESCO, 2013). Realizado em Doha, Catar, gerou a *Declaração de Doha*.

Declaration of Doha, in Media and Information Literacy Expert Meeting, Doha, 2013.

Elaborada a partir de preceitos politicamente corretos de participação e decisão em grupo, a Declaração estabelecia: 1) equilíbrio entre os sexos; 2) representação geográfica equilibrada; 3) envolvimento dos decisores; 4) envolvimento de programas e organizações ativas. A Declaração teve como objetivo fortalecer as ações em torno da promoção da competência informacional e midiática na região árabe. Responsável pelo desenvolvimento e compartilhamento de ideias e programas para o desenvolvimento da MIL na região árabe, o comitê formado comprometeu-se a participar de eventos internacionais e networking em nome de educadores na região, envolver a UNESCO em suas ações, visão e metas relacionadas à MIL.

Ainda em 2013, a equipe da UNESCO apresenta à World Summit Information Society – WSIS, o documento intitulado *Conceptual relationship of Information Literacy and Media Literacy in Knowledge Societies* (LEE *et al*, 2013), no qual busca

⁵ O representante da GAPMIL na América Latina e Caribe é o jornalista brasileiro Alexandre Le Voci Sayad (Media Education Lab).

aprofundar a compreensão do conceito compost MIL. Corroborando a perspectiva da Sociedade do Conhecimento Inclusiva, apresenta nesse mesmo evento o documento *Review of Strategic Directions for Building Inclusive Knowledge Societies for Persons with Disabilities* (LEBLOI, 2013).

Também em 2013, a equipe da UNESCO publica o guia *Media and Information Literacy: policy and strategy guidelines* (GRIZZLE *et al*, 2013), documento referencial onde apresenta as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas e estratégias visando a promoção da AMI. Após fornecer os principais marcos teóricos, apresentar as necessidades atuais e benefícios como a conscientização e a participação democrática, dispõe instruções e exemplos para a articulação de políticas e estratégias concernentes à AMI, baseadas (a) na convergência, (b) nos direitos humanos, (c) no empoderamento, (d) na Sociedade do Conhecimento, (e) na diversidade cultural e linguística, (f) em gênero e desenvolvimento. O documento também enumera os fatores que podem mitigar as políticas e estratégias da AMI: (a) fragmentação (IL, ML, TICs, etc), (b) falta de experiência e especialização, (c) falta de recursos (financeiros, humanos, etc), (d) foco nas habilidades técnicas, (e) suposição de que o tema está coberto por outras disciplinas, etc.

Nesse mesmo ano, a UNESCO publica ainda o documento *Global Media and Information Literacy (MIL). Assessment Framework: Country Readiness and Competencies* (UNESCO, 2013b), onde estabelece a metodologia para analisar a maturidade do país e suas competências de AMI em âmbito nacional, incluindo também as etapas práticas para a adaptação nacional. Fornece uma estrutura de avaliação baseada em indicadores e métricas de capacidade de leitura e competências em mídia e informação, passível de ser adaptada à realidade de cada país. Lança também a versão em português do documento original em inglês de 2011, direcionado aos professores: *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores*. (WILSON *et al*, 2013).

Em maio de 2014, o *First European Media and Information Literacy Forum 2014*, co-organizado pela UNESCO (2014a), a Comissão Europeia e a Universidad Autónoma de Barcelona, é realizado em Paris, no âmbito da Aliança Global para Parcerias

em Mídia e Alfabetização da Informação (GAPMIL). O objetivo do Fórum foi enfatizar a necessidade de implantar políticas nacionais de alfabetização em mídia e em informação (MIL) na Europa e globalmente. Como resultado, foram publicados 28 relatórios sobre a situação das políticas de alfabetização em mídia e informação nos países europeus. Os relatórios nacionais ficaram conhecidos como *Media and Information Literacy Policies in Europe* ou *MIL Policies in Europe* UNESCO (2014b). Trata-se de material riquíssimo elaborado por especialistas e pesquisadores convidados. Na apresentação do relatório geral pela UNESCO (2014b), observa-se nos países examinados uma preocupação generalizada com o estabelecimento da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação necessárias, com ênfase nos recursos de mídia. Por outro lado, a estrutura política geral de apoio às ações educacionais voltadas à mídia e à informação ainda precisa ser fortalecida, bem como as atividades de avaliação e impacto das ações.

Também em 2014 foram apresentados os relatórios do projeto *European Media Literacy Education Study*, EMEDUS (2014), um estudo comparativo sobre a Educação em Mídia nos currículos nacionais dos 27 países da União Europeia (UE), cujo objetivo foi contribuir para o estabelecimento de políticas educacionais nacionais e examinar os recursos, competências e atividades de mídia dos professores.

Finalmente, ainda durante o *First European Media and Information Literacy Forum 2014* foi publicada a *Declaração de Paris* (UNESCO, 2014c).

Paris Declaration on Media and Information Literacy in the Digital Era, in First European Media and Information Literacy Forum, Paris, 2014.

Retomando a cronologia de documentos importantes anteriormente publicados, a Declaração de Paris insta os decisores políticos a refletir mais profundamente sobre a MIL na era digital e a reconhecer que estas competências são complementares às habilidades tecnológicas. Embora seja importante que a tecnologia esteja disponível aos cidadãos, é preciso se concentrar nas escolhas que as pessoas fazem: como usam a informação, a mídia e a tecnologia para participar e compartilhar a cultura e cultivar o comportamento ético.

Aproveitando o impulso do Fórum Europeu, a UNESCO, em conjunto com a Universidade Nacional Autônoma do México e a Universidade Autônoma de Barcelona decidiram organizar conjuntamente o *Primer Foro de Alfabetización Mediática e Informativa en Latinoamérica y el Caribe - AMILAC*, em Tlatelolco, México.

Declaración del México, en Primer Foro de Alfabetización Mediática e Informativa en Latinoamérica y el Caribe – AMILAC, Tlatelolco, Mexico, 2014.

Em dezembro de 2014, durante o *Foro AMILAC* (2014), foi publicada a *Declaración del Mexico* (UNESCO, 2014d) que, dentre outras recomendações, criou o Observatorio Latinoamericano y del Caribe de Alfabetización Mediática e Informativa, um catalisador para a revitalização dos esforços e estratégias para a promoção, desenvolvimento e como suporte para a construção de uma cidadania democrática e para aumentar a participação dos países da América Latina e do Caribe. O evento também anunciou o lançamento do Capítulo Latino-americano e do Caribe da Aliança Global para a Alfabetização Mediática e Informativa (GAPMIL). Durante o evento, que reuniu 62 peritos de 20 países da América Latina, realizou-se uma reunião da GAPMIL com o objetivo de ampliar a atuação no continente, com a participação de setores como Universidades, ONGs, autoridades reguladoras e empresas.

Chegamos a junho de 2016, quando o *Second European Media and Information Literacy Forum* foi realizado na cidade de Riga, Latvia (Letônia), resultando na proclamação da *Declaración de Riga* (UNESCO, 2016b).

Riga Recommendations on Media and Information Literacy in a Shifting Media and Information Landscape, in Second European Media and Information Literacy Forum, Riga, Latvia, 2016.

Reafirmando o espírito e o conteúdo da progressão e gradual reposicionamento em relação a Media and Information Literacy (MIL), em declarações anteriores a *Declaración de Riga* teve como objetivo evidenciar a importância da MIL em um cenário de mudanças. Pauta-se pela intenção de assegurar o acesso à informação ao público em geral e proteger as liberdades fundamentais, amparadas em legislação nacional e acordos internacionais. Também destaca a importância da igualdade de gênero, sublinhando que,

diante dos avanços tecnológicos e informacionais, a alfabetização mediática e informacional é um código de vida que pode apoiar o desenvolvimento sustentável das nações. Os signatários reconheceram ser necessário dar um passo além das tecnologias e da própria mídia, em direção a um processo mais crítico, centrado nas pessoas.

Nesse mesmo ano, 2016, a UNESCO lança a versão em português do original em inglês de 2013, denominado *Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias* (GRIZZLE *et al*, 2016). Além desta publicação, a UNESCO publicou também em 2016 a versão em português do original em inglês de 2013, *Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país* (UNESCO, 2016a).

Em continuação ao Fórum Europeu sobre Mídia e Informação e sob os auspícios da UNESCO e GAPMIL, em novembro de 2016 acaba de ser realizado em São Paulo, Brasil, a *Global MIL Week 2016* (UNESCO, 2016b).

Global Media and Information Literacy: New Paradigms for Intercultural Dialogue” – Media and Information Literacy - MIL Week 2016, São Paulo, Brazil, 2016.

A 5ª Global MIL Week 2016 teve como sede a cidade de São Paulo e visou novamente congregar esforços em torno da promoção da Media and Information Literacy. Como evento principal foi realizada a 6ª edição da *Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue Conference – MILID Conference* e a *1ª Assembléia Geral da Aliança Global de Parcerias em Alfabetização Midiática e Informacional (Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy – GAPMIL)*. Pela primeira vez no Brasil, a Conferência conectou organizações internacionais, universidades, associações, grupos de pesquisa, profissionais de mídia, educadores e bibliotecários, formuladores de políticas e representantes de ONGs. O principal objetivo foi sensibilizar o público e a academia para a importância da alfabetização mediática e informacional em nível mundial. Foi também uma oportunidade para fortalecer a Rede Internacional de Universidades MILID (International University MILID Network), da qual a Universidade de São Paulo (USP) faz parte. Durante o evento, foram realizadas também reuniões das seções regionais da GAPMIL de acordo com os continentes: GAPMIL Europa, América

do Norte, Estados Árabes, Região Pan-africana, América Latina e Caribe, e GAPMIL da Região da Ásia-Pacífico.

A MIL Week 2016, em sua Nota Conceitual⁶ estabeleceu como principais questões fundamentais norteadoras do evento: como as alianças entre todas as partes interessadas em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) podem melhorar e ampliar o desenvolvimento da cidadania global, dos direitos humanos e da educação? Como a AMI pode atuar para enfrentar questões como a pobreza, opondo-se ao discurso de ódio e evitando o extremismo violento nas sociedades? Qual é o papel das políticas públicas nesse contexto? Cidadãos competentes em mídia e em informação podem ajudar na criação de sociedades igualitárias e inclusivas? Qual é o papel da mídia, da tecnologia e da informação na busca desses objetivos?

No centro da iniciativa esteve a tagline MILCLICKS (*Media and Information Literacy – Critical Thinking-Creativity, Literacy, Intercultural Citizenship, Knowledge and Sustainability* em inglês, ou Alfabetização Midiática e Informacional Criatividade-Pensamento Crítico, Alfabetização, Cidadania Intercultural, Conhecimento e Sustentabilidade), uma campanha que foi realizada nas mídias sociais voltada aos jovens e ao público em geral.

Ainda que a Conferência MIL 2016 expresse a intenção de congregar esforços de múltiplos atores, ficou evidente que os profissionais da informação bibliotecários não estiveram à frente da iniciativa. A organização privilegiou fortemente os profissionais e acadêmicos da área de mídia, enfatizando o papel preponderante dos meios de comunicação.

Em síntese, considerando sua longa trajetória e empenho político, observa-se que a UNESCO tem se envolvido fortemente com o desenvolvimento da política da “alfabetização midiática e informacional”, voltada ao empoderamento e cidadania, expressa pela mobilização de um conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes. O direcionamento da UNESCO revela um alinhamento persistente com as

⁶ UNESCO. *Global MIL Week 2016. Nota Conceitual*. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ci_global_mil_week_concept_note_pt_2016.pdf Acesso em: 02 nov. 2016.

Nações Unidas, desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948. Mantendo múltiplas iniciativas, a UNESCO consolidou uma visão pluralista e baseada na permanência dos valores fundamentais da democracia. Por outro lado, a série de declarações, recomendações e publicações expressam e quase que impõem um direcionamento que alguns classificariam de imperialista (PILEROT; LINDBERG, 2011), pelo foco preponderante nas sociedades desenvolvidas e comunidades urbanas. Observa-se um claro direcionamento da UNESCO à cultura da convergência (JENKINS, 2009).

2.2 A IFLA e a promoção da competência informacional e midiática

Da mesma forma que a evolução conceitual e política pode ser percebida na trajetória da UNESCO, o mesmo se dá em relação à IFLA.

Criada em 1927, a Federação Internacional das Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) é o principal órgão internacional independente que representa os interesses de bibliotecas, seus profissionais e usuários, e busca promover a qualidade e o valor dos serviços e produtos de informação.

Por volta de 2004 o então Information Literacy Group se consolida como a *Information Literacy Section*⁷ da IFLA com o objetivo de promover a cooperação internacional no desenvolvimento da educação para a alfabetização da informação em todos os tipos de bibliotecas e instituições de informação. Para tanto, se utiliza de um conceito da ALA de 1989: “ Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar eficazmente a informação necessária” (American Library Association, 1989).

Hoje, embora a Seção ainda se denomine Information Literacy Section, tem focado seu trabalho e discussão também no conceito mais amplo de *Media and Information Literacy (MIL)*, inclusive porque participou ativamente de sua construção em conjunto com a UNESCO.

⁷ IFLA. *Information Literacy Section*. <<http://www.ifla.org/information-literacy>>

Dentre os vários produtos e documentos publicados pela IFLA sobre esse tema, pode-se iniciar com a *Declaração de Alexandria* (IFLA; UNESCO, 2005) sobre Competência Informacional e Aprendizagem ao Longo da Vida, proclamada após o Colóquio de especialistas de alto nível em Competência em Informação e Aprendizado ao Longo da Vida (HIGH-LEVEL, 2006).

Beacons of the Information Society: The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning. In: High-Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning, Alexandria, Egypt, Nov. 2005.

Durante o encontro, duas vertentes foram desenvolvidas: perspectivas regionais e eixos temáticos. As perspectivas regionais aglutinaram os países em seis regiões: Europa, África do Norte e Meio Oeste, África subSahariana, Ásia e Oceania, América Latina e Caribe, e América do Norte; os seguintes eixos temáticos da competência informacional (CI) foram adotados: CI para o desenvolvimento econômico, CI para a saúde e serviços, CI para a governança e cidadania, e CI para a educação. Cada eixo temático foi desenvolvido pelos grupos de trabalho regionais e líderes previamente escolhidos (DUDZIAK, 2008). Fruto do Colóquio, a Declaração de Alexandria destacou que:

[...] a competência informacional e a aprendizagem ao longo da vida são os faróis da Sociedade da Informação que iluminam o caminho para se chegar ao desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade. [...] A competência informacional está no coração da própria aprendizagem ao longo da vida. Ela capacita as pessoas em todos os caminhos da vida a buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir seus objetivos pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico no mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações. (IFLA; UNESCO, 2005, p.1).

A Declaração enfatizou a necessidade de preparar ações e traçar estratégias regionais e mundiais para a difusão e institucionalização do tema a partir da realização de encontros regionais e temáticos, desenvolvimento de programas educacionais direcionados a bibliotecários e profissionais da informação, inclusão da competência em informação nos currículos da educação básica e também na educação continuada. Os signatários finalizam a Declaração solicitando que os governantes e tomadores de decisão apoiem a série de atividades sugeridas de acordo com cada eixo temático e região. O

documento foi importante para a evolução da discussão conjunta entre IFLA e UNESCO sobre projetos e programas fundamentais na área, inclusive com a atualização e revisão dos termos e conceitos.

De 2007 a 2010, a IFLA promoveu uma série de pesquisas que buscaram determinar o “Estado da Arte” da Competência Informacional em países selecionados. Tais pesquisas resultaram em sete Relatórios: *Information Literacy State of the Art Reports* (IFLA, 2007-2010), que apresentaram um panorama das atividades relacionadas ao tema desenvolvidas em países como a Alemanha, Colômbia, França, Itália, Países Nórdicos, Polônia, Rússia e Reino Unido.

Em 2011, a IFLA publica suas Recomendações para a Alfabetização Informacional e Mediática (IFLA, 2011).

IFLA. Media and Information Literacy Recommendations, Governing Board of IFLA, at its meeting in Den Haag, The Netherlands, 07th December 2011

Retomando a discussão e os fundamentos vitais para cumprir as metas da Declaração do Milênio e da Cúpula Mundial da Sociedade de Informação. Apoiada por seu Conselho de Dirigentes (*Governing Board*), reunido em sete de dezembro de 2011, a IFLA passa a recomendar uma série de ações e cuidados aos governos e organizações, tais como a promoção de pesquisa na área, o uso de indicadores para auxiliar especialistas, educadores e profissionais no planejamento e execução de iniciativas eficazes, apoio ao desenvolvimento de recursos humanos envolvidos com a temática, integração do conceito aos currículos escolares, dentre outras recomendações.

Chega-se ao ano de 2012 com a *Declaração de Moscou* (IFLA; UNESCO, 2012), resultante da Conferência Internacional sobre Alfabetização Informacional e Mediática para as Sociedades do Conhecimento, realizada em Moscou em junho de 2012.

The Moscow Declaration on Media and Information Literacy, in International Conference Media and Information Literacy for Knowledge Societies, Moscow, Russia, June 2012.

A Conferência foi organizada pelo Ministério da Cultura da Federação Russa, a UNESCO, a IFLA e o Centro de Cooperação Inter-Regional das Bibliotecas.

Dentre os 130 participantes de 40 países representando todos os continentes estavam executivos e especialistas de agências e organizações internacionais governamentais e não-governamentais especializadas; principais especialistas mundiais no campo da construção de sociedades do conhecimento; principais pesquisadores e professores de jornalismo, biblioteconomia e educação; executivos e representantes de autoridades governamentais responsáveis por instituições educacionais, bibliotecas e mídia impressa e eletrônica; representantes de associações internacionais e nacionais de profissionais de mídia e de alfabetização da informação; representantes de organizações e instituições empenhadas na publicação de literatura profissional sobre alfabetização mediática e informacional; e profissionais de mídia. O evento objetivou:

Elevar a consciência pública sobre o significado, a escala e a atualidade das atividades de defesa da alfabetização mediática e informacional entre os profissionais da informação, mídia e da educação, executivos governamentais e o público em geral; Delinear políticas e estratégias profissionais para a defesa da alfabetização em mídia e da alfabetização em informação, e identificar os principais desafios existentes; Contribuir para melhorar a resposta internacional, regional e nacional às questões da MIL, particularmente em políticas e legislação, desenvolvimento de ferramentas necessárias para a avaliação e construção de competências MIL, pesquisa sobre MIL e outros aspectos no campo da promoção da mídia e da informação; Identificar e promover as melhores práticas nos domínios acima referidos e reforçar a cooperação internacional entre as várias partes interessadas. (IFLA; UNESCO, 2012, p. 1).

A Declaração de Moscou foi redigida com base na Declaração de Praga “Towards an Information Literacy Society” (2003); A Declaração de Alexandria “Beacons of the Information Society” (2005); a Declaração de Fez sobre “Media and Information Literacy” (2011); e as Recomendações IFLA sobre Media and Information Literacy (2011). Os signatários acordaram que a MIL é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável de sociedades de conhecimento abertas, plurais, inclusivas e participativas, e



as instituições cívicas, organizações, comunidades e indivíduos que compõem essas sociedades. Trata-se de uma combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades necessárias para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e comunicar informações e conhecimentos de maneira criativa, ética e legal, respeitando os direitos humanos.

Ainda em 2012, é publicada a *Declaração de Havana*, validada pela IFLA, com suporte dos participantes do Seminário “Lições Aprendidas em Programas de Competência em Informação na Ibero-américa” (HAVANA, 2012).

Havana Declaration – 15 Information Literacy Actions, for collaborative work on generation of networks for development of information literacy in Ibero-American countries 2012, Havana, Cuba, 2012.

A Declaração apresenta uma revisão das 15 Ações de Competência em Informação ou Alfabetização Informacional (denominada pelo Grupo como ALFIN). Retomando os aspectos conceituais, filosóficos e propositivos das principais declarações sobre o tema, os signatários reafirmaram o compromisso de dar andamento a 15 ações práticas e concretas, partindo da perspectiva do trabalho colaborativo e da criação de redes para o crescimento da competência em informação no contexto dos países envolvidos: Espanha, Países da América Latina e Portugal.

Em continuidade a essas ações, recentemente, em agosto de 2016, no Congresso IFLA WLIC de 2016, uma das importantes sessões tratou da discussão sobre indicadores de progresso para a MIL, promovida pela *IFLA Information Literacy Section* denominada “*The Global Face of Information Literacy: Indicators of Progress - Information Literacy.*” A proposta foi oportunizar a reflexão e o conhecimento sobre aspectos da prática atual da competência em informação e em mídia de bibliotecários de todo o mundo, bem como propor uma discussão interativa sobre como programas e iniciativas de Alfabetização em Informação podem ter um impacto positivo nos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Em síntese, ao longo dos anos a IFLA tem publicado documentos e organizado diversos eventos em conjunto com a UNESCO visando fortalecer a MIL junto às bibliotecas e aos bibliotecários. Além dos documentos citados, outros inúmeros textos,

estudos de casos, diretrizes e relatórios podem ser identificados e consultados na página web referente a esta Seção da IFLA⁸.

2.3 Outros documentos relevantes

Ao longo dos anos, outras organizações internacionais também têm publicado documentos sobre a promoção da competência em informação e em mídia.

Em 1989, fruto de uma série de acontecimentos nos Estados Unidos e da determinação da então diretora da American Library Association (ALA), foi publicado o *Final Report Presidential Committee on Information Literacy* (ALA, 1989), documento que se tornaria referência mundial nos estudos sobre a competência em informação. O objetivo do Comitê foi traçar um panorama do tema à época, discutir a importância da competência em informação para a sociedade, as empresas e cidadãos, e, a partir daí fornecer elementos para fortalecer o movimento, a partir da participação de figuras públicas proeminentes da educação, biblioteconomia, negócios e governo.

Uma década após a publicação desse relatório, a ALA publicou uma atualização em 1998 intitulada *A Progress Report on Information Literacy: An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report* (ALA, 1998). Esse documento reforçava a necessidade de desenvolver nas pessoas a competência em informação para o pleno exercício da cidadania e sustentação da democracia.

Nessa história, é preciso mencionar também a *Declaração de Toledo*, publicada em 2006. O documento *“Bibliotecas por el aprendizaje permanente” Declaración de Toledo sobre la alfabetización informacional* (ALFIN, 2006), foi elaborado durante o Seminario de Trabajo “Biblioteca, aprendizaje y ciudadanía: la alfabetización informacional”, realizado na cidade de Toledo, cujo objetivo foi analisar a situação da alfabetização informacional na Espanha. Destaca-se o papel proativo atribuído às bibliotecas.

⁸ IFLA Information Literacy Section. <http://www.ifla.org/publications/81>

Também é importante informar que em outubro de 2009, foi instituído nos Estados Unidos o mês de conscientização da Competência em Informação. *The Presidential Proclamation National Information Literacy Awareness Month – October 2009* (ESTADOS UNIDOS, 2009) sancionado pelo Presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, tornou-se outro marco que alcançou repercussão internacional e fortaleceu ainda mais o movimento mundial.

Destaca-se ainda a atuação de entidades como a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) que tem promovido eventos e publicado relatórios nos quais destaca a importância alfabetização midiática e informacional como importante competência no século 21 (ANANIADOU; CLARO, 2009). Pode-se citar também a European Commission já mencionada e a International Association of University Libraries (IATUL, 2015), cujos relatórios evidenciam políticas voltadas para a promoção da competência em informação em vários países.

2.4 Marcos políticos nacionais e a atuação da FEBAB

A Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) assegura aos cidadãos o amplo acesso à informação a partir de diferentes e variadas fontes, dentro de um ambiente democrático, com garantia das liberdades de expressão e de imprensa. Como é de conhecimento público, o Brasil inovou ao incluir dentre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988 o direito à informação. Em setembro de 2000, o Programa Sociedade da Informação - Livro Verde, que contém as metas e ações para a realização dos objetivos do Programa, constituiu-se como marco histórico no desenvolvimento das políticas nacionais de informação (TAKAHASHI, 2000), enfatizando a necessidade da ampliação do acesso, dos meios de conectividade, da formação de recursos humanos, o comércio eletrônico e o incentivo à pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Uma década mais tarde, o direcionamento brasileiro à promoção da informação e da comunicação foi confirmado com a aprovação da Lei Geral de Acesso à Informação

Lei Nº 12.527 (BRASIL, 2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e governamentais pelos cidadãos.

Nesse contexto e com o firme propósito de defender e incentivar o desenvolvimento de bibliotecários, cientistas da informação e instituições brasileiras, a Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), criada em 1959, sempre buscou desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais, contribuindo para a criação e o desenvolvimento do trabalho de comissões e grupos em áreas especializadas da biblioteconomia e ciência da informação.

A FEBAB vem acompanhando a temática Competência em Informação (*Information Literacy*) desde 2003, promovendo palestras, workshops e contatos com especialistas. De 2004 a 2008, a FEBAB protagonizou uma série de eventos e atividades trazendo para os profissionais o tema da “Competência em Informação”. Essas ações estão descritas no livro “Competência em Informação, de reflexões às lições aprendidas” publicado pela Federação (BELLUZZO, FERREZ, 2013).

Cabe destacar que em 09 de agosto de 2011, durante o 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB), Maceió, Alagoas, foi realizado paralelamente o “Seminário sobre Competência em Informação”, onde foi constituído um Grupo de Trabalho que elaborou a *Declaração de Maceió* (2011).

Declaração de Maceió sobre Competência em Informação, I Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências, Maceió, Alagoas, 2011.

Redigida com o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade de Brasília (UNB) e da FEBAB, a *Declaração de Maceió* chamou as bibliotecas (profissionais) e a área de Biblioteconomia (pesquisadores e docentes) a participar mais ativamente das discussões e principalmente protagonizar o bibliotecário como um agente de mudança. Os bibliotecários deveriam colocar a “competência em informação” na pauta das bibliotecas brasileiras.

Vivemos em uma sociedade mediada pela informação, porém, os recursos para seu acesso, uso, avaliação e comunicação

são insuficientes para atender às demandas da cidadania. Em decorrência, é necessária a formação para o desenvolvimento da Competência em Informação que atenda a essas demandas (DECLARAÇÃO, 2011, p. 1).

A Declaração também marcou o compromisso dos participantes do evento de envidarem esforços junto às instituições, organismos e associações de sua abrangência profissional e geográfica, para promover o *advocacy* em defesa da competência em informação.

Em 2013, aconteceu o *II Seminário “Competência em Informação: Cenários e Tendências”*, novamente em paralelo ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBB), Florianópolis, em sua 25ª edição. Nessa ocasião foi publicado o Manifesto de Florianópolis (2013), que destacou o papel das bibliotecas e dos bibliotecários.

Manifesto de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias, II Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências, Florianópolis, 2013.

O foco deste manifesto foi mostrar a “Competência em Informação” como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência e cidadania inclusiva.

Nós, bibliotecários e profissionais de áreas afins, acreditamos que a *Competência em Informação* é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade e, portanto, merece a atenção primária no que tange à mobilização da Sociedade Civil organizada e dos Órgãos Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO, 2013, p.1).

Sendo assim, somados ao direito do acesso à informação, ao documento, à leitura e à cultura, o bibliotecário deveria incluir em sua militância e vida profissional a pauta da competência em informação. A estrutura do Manifesto de Florianópolis é um pouco diferente do documento de 2011, pois explicita as responsabilidades para os profissionais, para o movimento associativo/órgãos representativos de classe, para as instituições

públicas/governamentais e privadas. Além disso, elencou ações e recomendações a esses segmentos, cabendo à FEBAB atuar junto ao poder público (Executivo/Legislativo) visando estabelecer políticas públicas e promover a educação continuada dos profissionais.

Desde a publicação desses documentos, a FEBAB manteve a preocupação de oferecer oportunidades de capacitação sobre o tema por meio de cursos e palestras. Assim, nos anos de 2009 a 2014 foram oferecidos cursos na modalidade EaD sobre Competência em Informação, ministrados pela Profa. Dra. Elisabeth Dudziak. Em 2015, durante o 26º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), foi ministrada a conferência “Competência em Informação: uma reflexão desde as origens, desenvolvimento às implicações futuras” pela Profª Dra. Regina Célia Baptista Belluzzo (UNESP).

Como se pode observar, as ações empreendidas pela FEBAB foram mais intensas no período de 2005 a 2011. O evento Global Mil Week ocorrido em São Paulo em novembro deste ano (2016), impulsiona agora uma nova reflexão pela atual Diretoria da FEBAB - a urgente necessidade de retomada da pauta para os profissionais da área de Biblioteconomia. Tão importante quanto a capacitação continuada que já vinha sendo promovida, estão as ações de *advocacy* voltadas à defesa da competência em mídia e em informação. Isso impacta, sem sombra de dúvidas, o fazer cotidiano dos profissionais e sua relação com as comunidades. Por esse motivo, planeja-se para 2017 a constituição de um grupo de trabalho para construir com a Federação estratégias de promoção, defesa e aprimoramento das oportunidades de capacitação e atuação dos profissionais.

É importante também ressaltar que durante a Global MIL Week 2016, no dia 04 de novembro de 2016, aconteceu o evento “*Conversando Sobre Competência Informacional e Midiática*” em São Paulo, que reuniu as professoras Elisabeth Dudziak, Valeria Valls e Regina Fazioli, além de profissionais e estudantes, para discutir o impacto do tema na atualidade.

Nesse cenário, torna-se essencial que a FEBAB, como entidade associativa e representativa nacional, seja incluída nas discussões que acontecem no âmbito do

GAPMIL e da UNESCO, participando mais ativamente das iniciativas em torno da promoção da alfabetização midiática e informacional (AMI) no Brasil e no exterior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos uma realidade midiaticizada caracterizada pela primazia da comunicação na ambiência tecnocultural. Historicamente, apesar dos conceitos e iniciativas para o desenvolvimento da competência em informação (*information literacy*) e competência em mídia (*media literacy*) terem evoluído separadamente, tal separação parece não ser mais possível. A palavra de ordem é a convergência.

O percurso documental realizado revela a persistência da perspectiva da cultura da convergência, tal qual advogada por Henry Jenkins (2009) e que se refere à congregação de três elementos: convergência midiática, cultura participativa e inteligência coletiva.

Em geral, os documentos analisados defendem a ideia de que não pode haver cidadania, participação e pertencimento sem apropriação crítica das mídias e da informação. O objetivo explícito é promover uma educação consciente e criativa por meio do uso extensivo e intensivo dos meios tecnológicos de comunicação. As “novas gerações”, os jovens, devem ser preparados para essa “nova realidade”. Mesmo reconhecendo a existência de níveis diferenciados de dificuldades em países, regiões e comunidades, os documentos destacam que o progresso social e econômico somente será alcançado por meio da alfabetização midiática e informacional (AMI) ou *Media and Information Literacy* (MIL).

Entretanto, tal proposição ambiciosa tem seu alcance limitado pelas preferências individuais (de uso ou não de tecnologias, mídias e conteúdos), pela localização espacial e geográfica do indivíduo (circunscrita a ambientes urbanos e a países emergentes ou desenvolvidos), pelo contexto (infraestrutura de TICs, redes e satélites, políticas de acesso à informação).

Ainda que a aclamada sociedade da informação e a desejada sociedade do conhecimento tragam a possibilidade da plena liberdade de expressão e participação

social, não é possível negar as ameaças que os meios de comunicação e a própria informação (ou desinformação) sofrem. Forças comerciais definem a liberdade do consumidor e influenciam prioridades de informação; vigilâncias, manipulação de informações e notícias, bem como a militarização de satélites e redes incidem sobre a esfera pública e afetam a percepção da realidade e o dia a dia dos cidadãos; a “brecha digital” ainda persiste, revelando polarizações socioeconômicas. Nesse contexto, cresce a importância dos marcos legais e políticos.

Observa-se que a UNESCO tem trabalhado consistentemente na promoção da MIL, concatenando eventos, publicações, recomendações e guias. Ao longo dos anos, a Organização congregou esforços na definição, esclarecimento e aglutinação de conceitos, investiu em estratégias e metodologias de avaliação, propôs políticas e hoje busca alcançar metas nacionais e internacionais de implantação da MIL como iniciativa global. Do ponto de vista das associações de bibliotecas e bibliotecários, tanto a IFLA quanto a FEBAB investiram na promoção da MIL, sempre coadunadas com a UNESCO.

Embora os documentos reflitam o nível de autoridade representada pelas organizações internacionais e nacionais que militam nesta frente, demonstrando intenções louváveis, não necessariamente materializam as falas e demandas sociais existentes.

No caso do Brasil, discutir o desenvolvimento da competência midiática e informacional remete-nos a pensar na fragilidade da educação, das escolas e das bibliotecas escolares. Além das dificuldades socioeconômicas, infelizmente a educação formal brasileira é ainda muito tradicional e conteudista, deixando pouco espaço para as descobertas, para as novas formas de apreender. Com relação às bibliotecas escolares, observa-se que, mais do que qualquer outra instituição cultural e educacional, é necessário prover apoio e atenção constantes por parte da coletividade e dos órgãos governamentais. Sem as bibliotecas escolares e os bibliotecários, dificilmente as competências essenciais descritas serão plena e sistematicamente desenvolvidas, comprometendo as futuras gerações. Por acreditar que as bibliotecas são espaços de aprendizagem democráticos é que entendemos que os bibliotecários em muito a fazer para termos uma sociedade mais justa com oportunidades a todos os cidadãos.

Por fim, o percurso cronológico e a revisão documental evidenciam o engajamento e persistente preocupação dessas organizações com a Competência Informacional e Midiática como elemento essencial à participação cidadã em sociedades democráticas pluralistas. O desafio consiste em transformar essas iniciativas em efetivas políticas governamentais nacionais.

Media and Information Literacy: a review of main political milestones expressed by declarations and recommendations

Abstract: Factors such as the culture of convergence and the diffusion of digital technologies have consolidated mediatization as a generalized social and technological phenomenon that strongly influences social, economic, cultural and educational instances. As a result of the growing demand for a society connected and saturated by the media and information, the empowerment of people through media literacy and information literacy (AMI) became a prerequisite for the full exercise of democracy and citizen participation, through equitable and critical access to information and knowledge. The objective of this article is to present the main political milestones represented by declarations, manifests and recommendations defined by international organizations such as UNESCO and IFLA, and national entities such as FEBAB, related to the promotion of informational and media literacy and, from there, to reflect about their potential to bring effective and virtuous social, political and educational changes in societies and governments.

Keywords: Media and information competence. Mediatization. Public policy.

REFERÊNCIAS

ALFIN. **Bibliotecas por el aprendizaje permanente Declaración de Toledo sobre la alfabetización informacional** (*Alfin*), Toledo, Espanha, 2006. Em: <http://www.peri.net.ni/pdf/documentosALFIN/Dec_Toledo.pdf> Acesso 26 out. 2016.

AMILAC. **Foro de Alfabetización Mediática e Informacional en América Latina y el Caribe**, Tlatelolco, Mexico, 2014. Disponível em: < <http://www.foroamilac.org/> > Acesso em: 27 out. 2016.



AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. (ALA). **Manual das Pessoas que Advogam pela Biblioteca**. 3^a.ed.(Tradução: FEBAB). Chicago: ALA, 2008. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/UserFiles/File/Advogando%20pela%20biblioteca.pdf>>

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Washington, DC: Jan. 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **A Progress Report on Information Literacy: An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report**. Washington, DC, 1998. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport>

ANANIADOU, Katerina; CLARO, Magdalan. **21st Century Skills and Competences for New Millennium Learners in OECD Countries** - OECD Education Working Papers, No. 41, OECD, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/218525261154>>

BELLUZZO, R.C.B.; FERES, G. G. (Orgs.) **Competência em informação: de reflexões a lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/necfci-unb/docs/competencia_em_informacao_de_reflexoes_a_licoes_aprendidas> Acesso em 30 out. 2016.

BÉVORT, E.; BELLONI, M.L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>> Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal/a-constituicao-federal>> Acesso em: 18 out. 2016.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Acesso à Informação**. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm Acesso em 30 out. 2016.

CATTS, R.; LAU, J. **Towards information literacy indicators**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/towards-information-literacy_2008-en.pdf> Acesso em: 02 nov. 2016.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre Competência em Informação, assinada durante o I Seminário sobre Competência em Informação, evento paralelo ao 24º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Maceió, Alagoas, Brasil, 09 de agosto de 2011. Apoio FEBAB. Disponível em: 246



<<http://www.fci.unb.br/phocadownload/declaracaomaceio.pdf>> Acesso em: 18 out. 2016.

DUDZIAK, E.A. Os Faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>> Acesso em: 02 nov. 2016.

EMEDUS. **European Media Literacy Education Study 2012-2014**. Disponível em: <http://www.gabinetecomunicacionyeducacion.com/es/investigacion/european-media-literacy-education-study-emedus> Acesso em out. 2016.

ESTADOS UNIDOS. White House. **Presidential Proclamation National Information Literacy Awareness Month**. Washington, DC, Oct. 2009. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/assets/documents/2009literacy_prc_rel.pdf> Acesso em: 01 nov. 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Making sense of today's media content: Commission begins public media literacy consultation**. 2006. Disponível em: <http://ec.europa.eu/rapid/press-release_IP-06-1326_en.pdf>

GRIZZLE, Alton; MOORE, Penny; DEZUANNI, Michael; ASTHANA, Sanjay; WILSON, Carolyn; BANDA, Fackson; ONUMAH, Chido. **Media and information literacy: policy and strategy guidelines**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=225606> Acesso em: 21 out. 2016.

GRIZZLE, Alton; MOORE, Penny; DEZUANNI, Michael; ASTHANA, Sanjay; WILSON, Carolyn; BANDA, Fackson; ONUMAH, Chido. **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. Brasília, UNESCO; Rio de Janeiro, Cetic.br/NIC.br, 2016. Disponível em: <<http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=246421&gp=0>> Acesso em: 21 out. 2016.

HAVANA Declaration – 15 Information Literacy Actions, for collaborative work on generation of networks for development of information literacy in Ibero-American countries 2012, Havana, Cuba, 2012. Validated by IFLA. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/havana-declaration?og=81> Versão em português disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/Declaration/Compet.Declara-de-Havana.2012.Portu-Brasil.pdf>

HIGH-LEVEL Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA, 2006. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/high-level-colloquium-2005.pdf>> Acesso em: 2 nov. 2016.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding information literacy: a primer**; an easy-to-read, non-technical overview explaining what information literacy means, designed for busy public policy-makers, business executives, civil society administrators and practicing professionals. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001570/157020e.pdf> > Acesso em: 30 out. 2016.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF UNIVERSITY LIBRARIES (IATUL). Special Interest Group Information Literacy. **Information Literacy Policies and Standards at IATUL Member Libraries**. Munich: IATUL, Nov. 2015. Disponível em: < <https://mediatum.ub.tum.de/doc/1286822/1286822.pdf>> Acesso em: 30 out. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Information Literacy Section. **Information Literacy State of the Art Reports. (2007-2010)**. Disponível em: <<http://www.ifla.org/publications/information-literacy-state-of-the-art-reports?og=81>> Acesso em: 30 out. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Media and Information Literacy Recommendations** (2011) <http://www.ifla.org/files/information-literacy/publications/media-info-lit-recommend-en.pdf> Acesso em: 22 out. 2016. (Disponível também em português: <<http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/media-info-lit-recommend-pt.pdf> >Acesso em: 18 out. 2016.)

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Beacons of the Information Society: The Alexandria Proclamation on Information Literacy and Lifelong Learning**, Alexandria, 2005. In: High-Level Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning, Alexandria, Egypt, Nov. 2005. Disponível em: < <http://www.ifla.org/publications/beacons-of-the-information-society-the-alexandria-proclamation-on-information-literacy>> Acesso em: 30 out. 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Moscow Declaration on Media and Information Literacy – 2012** <<http://www.ifla.org/publications/moscow-declaration-on-media-and-information-literacy> > Acesso em 30 out. 2016.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEE, Alice; LAU, Jesús; CARBO, Toni; GENDINA, Natalia. **Conceptual Relationship of Information Literacy and Media Literacy in Knowledge Societies**. Paris:

UNESCO, 2013. (Presented at World Summit on the Information Society (WSIS), 2015 - Series of Research Papers). Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/wsis/WSIS_10_Event/WSIS - Series of research papers - Conceptual Relationship between Information Literacy and Media Literacy.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/wsis/WSIS_10_Event/WSIS_-_Series_of_research_papers_-_Conceptual_Relationship_between_Information_Literacy_and_Media_Literacy.pdf) Acesso em: 30 out. 2016.

LEBLOI, Axel. **Review and Strategic Directions for Building Inclusive Knowledge Societies for Persons with Disabilities**. Paris: UNESCO, 2013. (Presented at World Summit on the Information Society (WSIS), 2013). Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/wsis/WSIS_10_Event/WSIS review event-2013 UNESCO report disabilities final.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/wsis/WSIS_10_Event/WSIS_review_event-2013_UNESCO_report_disabilities_final.pdf) Acesso em: 30 out. 2016.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. Assinado durante o II Seminário sobre Competência em Informação: cenários e tendências, evento paralelo ao 25º. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Florianópolis, Brasil, 2013. Apoio FEBAB. Disponível em: <http://competencia-informacional.blogspot.com.br/2013/11/manifesto-de-florianopolis-sobre.html> Acesso em: 18 out. 2016.

MEDIA Literacy Expert Group Draft 2006. Disponível em: http://www.mediamentor.org/files/attachments/Media_Literacy_Expert_Group_Call_2006_ing_0.pdf Acesso 31 out. 2016.

MOELLER, S.; JOSEPH, A.; LAU, J.; CARBO, T. **Towards Media and Information Literacy Indicators - Background Document of the Expert Meeting**, Bangkok, Thailand, 4-6 November 2010. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/towards-media-and-information-literacy-indicators?og=81> Acesso em: 02 nov. 2016.

PILEROT, O.; LINDBERG, J. The concept of information literacy in policy-making texts: an imperialistic project? **Library Trends**, v.60, n.2, Fall 2011, p. 338-360.

RECOMMENDATIONS Addressed to UNESCO on Media Education. Adopted by the Vienna Conference "Educating for the Media and the Digital Age", April 1999. Disponível em: <http://www.nordicom.gu.se/en/clearinghouse/recommendations-addressed-unesco-media-education> Acesso em 20 out. 2016.

RECOMMENDATIONS addressed to the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization UNESCO during Youth Media Education, Seville, Spain, Feb. 2002. Disponível em:



<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/youth_media_education.pdf> Acesso em: 30 out. 2016.

TAKAHASHI, T. (org.). **Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TORNERO, J.M.P.; VARIS, T. **Media Literacy and New Humanism**. Paris: UNESCO, 2010. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001921/192134e.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2016.

UNITED NATIONS (ONU). **Declaração Universal de Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em:

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> > Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaración del Mexico**. - Tlatelolco, México – In: Primer Foro de Alfabetización Mediática e Informacional en Latinoamérica y el Caribe, 2014d. Disponível em:

<https://mastercomunicacio.files.wordpress.com/2015/03/declaracion3b3n-mc3a9xico.pdf>
Acesso em: out. 2016.

UNITED NATIONS ALLIANCE OF CIVILIZATIONS (UNAOC); UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Declaration of Doha 2013**. Doha, 2013. Disponível em: <<http://milunesco.unaoc.org/mil-articles/media-information-literacy-expert-meeting-steering-committee/>> Acesso em out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Fez Declaration on Media and Information Literacy**, In International Forum on Media and Information Literacy (MIL), Fez, Marrocos, 2011. Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/Fez%20Declaration.pdf>

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **First European Media and Information Literacy Forum**, Paris, May 2014a. Disponível em: <<http://en.unesco.org/events/first-european-media-and-information-literacy-forum>> Acesso em 27 out 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Global Media and Information Literacy (MIL) Assessment Framework: Country Readiness and Competencies**. 2013b. Disponível



em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002246/224655e.pdf>> Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Grünwald Declaration on Media Education**. In International Symposium on Media Education, Grünwald, Federal Republic of Germany, 1982. Disponível em: < http://www.unesco.org/education/pdf/MEDIA_E.PDF > Acesso em 30 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional: disposição e competências do país**. Paris, UNESCO; Brasília, UNESCO Office Brasília; Rio de Janeiro, Cetic.br/NIC.br, 2016a. Disponível em: <http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=246398&gp=0> Acesso em: out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media Development Indicators: A framework for assessing media development**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102e.pdf> Acesso em: 01 nov. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media and information literacy. Global MIL Week 2016**. Paris: 2016b. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/media-development/media-literacy/mil-as-composite-concept/browse/4/> > Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Media and Information Literacy Policies in Europe**. Paris: 2014b. Disponível em: <http://ppemi.ens-cachan.fr/doku.php/start> Acesso em: 27 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **MILID Week**. Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://milidweek-eng.blogspot.com.br/p/presentation.html>> Acesso em: 27 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **MILID Week**. Cairo, 2013a. <http://milidweek2013.blogspot.com.br/2012/10/welcome-to-milid-week-2013.html> Acesso em out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **MIL Policies in Europe: presentation of main results**. Paris, 2014b. Disponível em: http://ppemi.ens-cachan.fr/lib/exe/fetch.php/colloque140528/presentation_unesco_session_6.pdf



UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **New Directions in Media Education**. In: **Convenes International Media Literacy Conference** in Toulouse, France, Summer 1990. Disponível em: <<http://www.medialit.org/reading-room/unesco-convenes-international-media-literacy-conference-toulouse>> Recuperado na íntegra: http://www.mediagram.ru/netcat_files/106/104/h_7fe56ea22e436049bf54427065a06679 Acesso em: 30 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Paris Declaration on Media and Information Literacy in the Digital Era**. Paris, 2014c. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/paris_mil_d_eclaration.pdf> Acesso em: 18 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Prague Declaration Towards an Information Literate Society**. Prague, 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>> Acesso em: 26 out. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Riga Recommendations on Media and Information Literacy in a Shifting Media and Information Landscape**. Approved in the Second European Media and Information Literacy Forum, Riga, Latvia, 2016. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/riga_recommendations_on_media_and_information_literacy.pdf

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. **Media and information literacy curriculum for teachers**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: < <http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=192971> > Acesso em: 30 out. 2016.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO/UFTM, 2013. Disponível em: < <http://www.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=220418&gp=0> > Acesso em: 30 out. 2016.

WORLD SUMMIT INFORMATION SOCIETY (WSIS). **Declaration of Principles: Building the Information Society: a global challenge in the new Millennium**. Genebra, 2003. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-s/md/03/wsis/doc/S03-WSIS-DOC-0004!!PDF-E.pdf> Acesso em: 18 out. 2016.

Informações dos Autores

Elisabeth Adriana Dudziak

Professora Titular do Instituto de Artes da Universidade Paulista. Bacharel em Biblioteconomia pela ECA/USP, Mestre em Ciências da Informação pela ECA/USP, Doutora em Engenharia de Produção pela EP/USP. Bibliotecária no SIBiUSP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8150926690780957>

Email: elisabeth@usp.br

Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

Professora Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação.

Presidente do Comitê Permanente da Seção para América Latina e Caribe da IFLALAC, desde 2015.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7369575632657650>

Email: sueli.ferreira@gmail.com

Adriana Cybele Ferrari

Presidente da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB (2014-2017).

Assessora da Reitoria da Universidade de São Paulo.

Email: drycaferrari@gmail.com

